

## **FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS LEGAIS E PRODUÇÃO ACADÊMICA**

*Jorsinai de Argolo Souza*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB  
naiargolo@hotmail.com

*Isabel Cristina de Jesus Brandão*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB  
icjbrandao2014@gmail.com

**Resumo:** Esse estudo apresenta um levantamento da produção do conhecimento sobre a formação continuada de professores da Educação Infantil no Brasil, publicada em um conjunto de teses e dissertações encontradas no IBICT- Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, no período de 2005 a 2010. Pretende-se ampliar os estudos acerca da formação continuada nos aspectos relativos às questões políticas, metodológicas e didáticas como uma das garantias para uma Educação Infantil de qualidade. Conclui-se que há poucas produções sobre política de formação continuada, baseadas em uma abordagem crítica e dialética, que discutem as contradições presentes no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96; do Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada (Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015). Sugere-se a ampliação do número de pesquisas que possam contribuir significativamente nos debates sobre as concepções de formação continuada mais adequadas para atender a multiplicidade e a complexidade de situações presentes no ambiente da Educação Infantil, considerando-se as necessidades, interesses, potencialidades, cultura, desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação Continuada. Políticas de Formação para professores.

### **Introdução**

Este estudo tem como principal objetivo apresentar um levantamento da produção do conhecimento sobre a formação continuada de professores da Educação Infantil no Brasil publicada em um conjunto de teses e dissertações no IBICT<sup>1</sup>- Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, no período de 2005 a 2010. Esse levantamento da produção científica da área que

---

<sup>1</sup> O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é um órgão nacional de informação, unidade de pesquisa do [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#)(MCTI) que realiza estudos no campo da [ciência da informação](#). Mantém a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que disponibiliza mais de 250 mil trabalhos.

permite, também, ampliar o debate no sentido de entender-se que a garantia de uma Educação Infantil de qualidade passa, seguramente, pela formação adequada de seus professores.

Neste estudo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, bem como os dados coletados, seguido das análises e das considerações.

A formação continuada é parte constitutiva do desenvolvimento profissional docente, pois o trabalho do professor exige que ele esteja constantemente se atualizando em relação aos conhecimentos produzidos pela sociedade. Gatti (2008, p. 58) afirma que “nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, [...] a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho [...]”. A educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais

Mororó (2014, p. 11), por sua vez, afirma que “a formação, por si mesma, não pode dirigir transformações na realidade material, mas ela pode e deve dar uma contribuição, dentro do limite de suas possibilidades, para transformar”.

É importante, ainda, destacar que Gatti (2011) afirma que as pesquisas acadêmicas não colaboram na definição do conceito de formação continuada. Segundo a autora:

Ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após o ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários [...], enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada. (GATTI, 2011, p. 185).

No tocante ao processo de formação dos professores da Educação Infantil, é importante registrar que, antes do século XX, esse profissional apareceu no panorama da educação brasileira sem nenhuma exigência de qualificação. Era necessário somente gostar de criança, ter simpatia e dinamismo, pois o papel do professor estava vinculado às tarefas de maternagem, ou seja, cuidados com higiene, alimentação e segurança física das crianças. Não vamos nos esquecer de que as instituições de Educação Infantil tinham um caráter assistencialista e, conseqüentemente,

do adulto que estava com a criança não era exigida nenhuma formação, uma vez que o necessário era compensar a ausência da família.

Nesse sentido, a inquietação dos educadores, pesquisadores e movimentos sindicais dos professores impulsionou a implantação de políticas de formação de profissionais da Educação Infantil e o reconhecimento da condição de professores para os que atuam tanto em creches quanto na pré-escola. Contudo, é preciso considerar o que nos diz Kramer:

formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na história da escola brasileira e, para muitos, desconhecida e até mesmo menos nobre; ter crianças com menos de seis anos na escola parece surpreender ou impactar gestores e pesquisadores. (KRAMER, 2009, p.804).

A pesquisadora (KRAMER, 2013) ainda reforça a ideia de que o grau de escolaridade e a qualificação específica no desempenho profissional da educação de crianças de 0 a 5 anos influenciam decisivamente a qualidade do serviço.

Sendo assim, no andamento do debate sobre os professores que atuam na Educação Infantil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 sinaliza a importância da identidade profissional e afirma a necessidade de formação para os profissionais que trabalham nas instituições de educação infantil, principalmente em creches. O texto da LDBEN prevê no Título VI – dos profissionais da educação – no artigo 62 que a formação inicial de professores da Educação Infantil, dar-se-á no ensino superior, admitindo-se, no entanto, como formação mínima, o magistério.

Em continuidade, a LDBEN 9394/96 dedica no título VI, em seus artigos 63 a 67 aos profissionais da educação, definindo mais outro campo de formação no âmbito do magistério, além da formação inicial: a *contínua*, que deve ser oferecida aos profissionais da educação dos diversos níveis de ensino. Especificamente no artigo 67, estabelece que:

os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]. (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, por sua vez, (Lei 13.005 de 25/06/2014) estabelece os rumos da educação brasileira para vigência 2014-2024. O documento, na meta 16, trata especificamente da formação continuada:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada (Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015), por sua vez, define a formação continuada como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o Projeto Pedagógico da Instituição de Educação Básica.

Ainda, de acordo com as Diretrizes, no capítulo VI que trata da formação continuada dos profissionais do magistério, indica que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015).

É inegável que os dispositivos legais demonstram a preocupação com o estabelecimento de políticas públicas voltadas formação continuada dos professores, em especial daqueles que atuam na educação básica. Contudo, para Mororó (2011 p. 35), “discutir a política de formação de professores hoje no Brasil implica, necessariamente, trazer à tona [...] um projeto capitalista” que, segundo a autora, veio se fortalecendo nos últimos anos. Sendo assim, a autora ainda afirma:

Esse fortalecimento se dá, principalmente, através da implantação de documentos reguladores dos cursos para formação de professores, que, logo a primeira vista, denunciam suas proximidades das determinações de organismos internacionais, que impõem seus fins e objetivos, tornando a educação brasileira mais adequada a reestruturação produtiva em curso. (MORORÓ, 2011 p.35).

Logo, não podemos deixar de considerar o campo de tensão vivenciado nas políticas educacionais em todo o país, efetivando-se a concepção de Estado mínimo para o social e o Estado máximo para o capital (PERONI, 2003) em que o estado é o coordenador e não mais o executor, se tornando mínimo para as políticas sociais e repassando para a sociedade tarefas que eram suas. Tudo isso, configura-se numa “proposta alternativa ao neoliberalismo<sup>2</sup>, a Terceira Via que atua como um instrumental de retirada do estado das políticas sociais.” (PERONI, 2003, p. 10).

Essa posição do Estado, fica evidenciada nas contradições que encontramos nos textos da LDB, do PNE e das Diretrizes. Existe a intenção de atingir as metas estabelecidas nas legislações, portanto o Estado preconiza uma espécie de flexibilização da formação docente, através da institucionalização de programas emergenciais para a formação de professores, permitindo o funcionamento de cursos que caracterizam-se por formações aligeiradas e fragmentadas com a intenção, também, de aumentar os resultados estatísticos referentes à formação. Há, ainda, a indicação de que as transformações educacionais podem ocorrer a partir do interior da escola, tendo o professor como o grande responsável pela implementação das mudanças necessárias para se alcançar uma escola de boa qualidade, de acordo com o texto da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.

Sem dúvidas são práticas de políticas de formação docente que se reproduzem e persistem em nosso país há muitas décadas, resultado do reduzido investimento público na educação e da impossibilidade do Estado mínimo em prover os recursos necessários que garantam a formação docente de qualidade.

No entanto, mesmo diante desse contexto desfavorável, necessário se faz qualificar o perfil do profissional da Educação Infantil, considerando-se a complexidade e o desafio do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 05 anos de idade, tendo em vista atingir o objetivo de contribuir no desenvolvimento integral de cada uma delas, conforme prevê a LDBEN 9394/96 no artigo 29:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

---

<sup>2</sup> O neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica, cuja finalidade é a redução dos gastos públicos e a realização de privatizações com consequências perversas para todas as áreas sociais.

Desse modo, afirmamos a relevância do levantamento dessa produção científica que resultou na construção de um banco de dados que representa uma fonte de informações sobre a Formação continuada de professores da educação infantil. Entendemos que o levantamento das produções pode contribuir para ampliar discussões acerca de aspectos relativos às questões políticas, metodológicas, didáticas que envolvem o processo de formação continuada.

## **Metodologia**

Para a realização do levantamento das dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em educação no Brasil, no período entre 2010 e 2015, no IBICT adotamos a pesquisa documental - um procedimento para a compreensão e análise de documentos, constituindo-se como “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 38). Caulley (1981), por sua vez, afirma que

a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse. (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986 p.38).

A pesquisa foi realizada no período de março a julho do ano de 2016, utilizando-se dos seguintes descritores para localizar os trabalhos: formação continuada para professores da Educação Infantil; política de formação continuada para a Educação Infantil; professor da Educação Infantil e Educação Infantil.

Para dar início a busca no banco de dados do IBICT primeiramente, definimos quatro descritores para localizar as pesquisas, a saber: formação continuada para professores da Educação Infantil; política de formação continuada para a Educação Infantil; professor da Educação Infantil e Educação Infantil.

Na página do IBICT, inserimos o nome de cada categoria e cada ano no campo “busca”. Em seguida, selecionamos as pesquisas que versavam sobre a temática através da leitura do resumo.

Concernente às produções de cada ano, chegamos aos seguintes resultados de busca: no descritor formação continuada para professores da Educação Infantil foram encontrados 21 pesquisas (17 dissertações e 4 teses); no descritor Política de formação de professores da Educação Infantil, 12 pesquisas (3 teses e 9 dissertações); no descritor professor da educação infantil foram encontradas 19 pesquisas (14 dissertações e 5 teses) e, no descritor Educação Infantil, não foi encontrado nenhuma pesquisa diferente dos que já haviam sido encontrados nos outros descritores, totalizando, inicialmente, 52 pesquisas para serem analisadas.

No entanto, após a leitura cuidadosa do resumo e, em alguns casos, da pesquisa como um todo selecionamos 34 pesquisas para fazer as análises, pois as outras 18 versavam prioritariamente sobre formação inicial, formador de professor, rotinas de professor da educação infantil, atuação do coordenador pedagógico, trazendo apenas considerações superficiais sobre a formação continuada. Ressaltamos, contudo, que os estudos que se referiam à formação continuada com especificidades como música, corpo, educação à distância, educação especial foram incluídos.

Em seguida, com a intenção de organizarmos os dados, referentes a 34 produções, produzimos uma tabela, por ano, para o registro das seguintes informações de cada pesquisa: título, autor, instituição, ano de publicação, palavras-chave, objetivo da pesquisa, metodologia utilizada e resultados da pesquisas.

Após a construção da tabela com as dissertações e teses de cada ano, realizamos a análise dos dados encontrados, destacando: a quantidade de dissertações e teses daquele ano; as palavras-chave mais utilizadas; as instituições onde foram produzidas as pesquisas; os objetivos da pesquisa; os resultados e a metodologia mais usada.

## **Resultados**

No ano de 2010 foram encontradas quatro dissertações e uma tese. Em sua maioria, de universidades federais (3 federais, 1 estadual e 1 particular). As palavras-chave mais selecionadas

pelos autores foram: educação infantil e formação continuada. Quanto aos objetivos das pesquisas, quatro pretendiam analisar programas de formação continuada e uma analisar estratégias de formação continuada. As abordagens qualitativas, com aplicação de questionários, análise documental e entrevistas foram a metodologia mais adotada nos trabalhos analisados. Em relação aos resultados, duas pesquisas sinalizam a importância de ouvir os professores na definição da formação continuada; uma apontou a importância das estratégias de formação e outra sinalizou que o curso de formação continuada oferecido foi muito bom para o desenvolvimento profissional dos docentes.

No ano de 2011, por sua vez, há três dissertações de duas instituições particulares e uma federal, mas não houve defesa de tese nessa temática. Educação Infantil e formação continuada foram às palavras-chave mais usadas nos trabalhos desse ano. Todas as três dissertações apresentaram como objetivo geral – analisar programas de formação continuada, através da metodologia de abordagem qualitativa com entrevistas e análise de documentos, cujos resultados estão relacionados à necessidade de articular a formação com as práticas docentes.

Acerca dos dados relacionados ao ano de 2012, foram encontradas três de universidades federais e uma de instituição particular, cuja palavra-chave mais citada nas produções foi formação de professores. Não encontramos teses, em 2012. Quanto aos objetivos, duas dissertações se propuseram a analisar políticas de formação continuada e uma, analisar programas. A metodologia usada nas três produções foi a abordagem qualitativa através do questionário. Nos resultados, apontaram a formação como uma necessidade para a prática pedagógica dos educadores.

Em 2013, registramos sete dissertações e três teses que foram defendidas em seis universidades federais, duas estaduais e uma em instituição particular. As palavras chaves de maior destaque foram: educação infantil e formação continuada. Quatro pesquisas apresentaram como principal objetivo analisar as políticas de formação continuada; duas pesquisas fizeram a análise de curso de formação continuada e os outros duas analisaram as formações que aconteceram na escola. A abordagem qualitativa utilizando entrevista, questionário e análise de documento foram à metodologia adotada. Em relação aos resultados, duas pesquisas apontaram que a formação continuada deve partir das necessidades dos professores, mais duas sinalizaram a



importância do processo de formação continuada, outros duas demonstraram que cursos on-line também se constituem como importante instrumento de formação continuada e três pesquisas discutem a importância de uma política de formação continuada.

Em relação ao ano de 2014, há seis dissertações e duas teses registradas no banco de dados do IBICT. Nesse ano, os trabalhos estavam vinculados a sete universidades federais e três de universidades estaduais. Educação infantil e formação foram as palavras-chave que apareceram com maior frequência. Acerca dos objetivos propostos seis trabalhos, a formação na escola e três, analisar programas de formação continuada. Quanto aos resultados, quatro trabalhos apontaram a importância da escola organizar as formações, um trabalho sinalizou a importância de um determinado programa de formação continuada, três registraram que os programas de formação eram contextualizados e uma pesquisa enfatizou que a formação continuada deve estar voltada para a formação do professor pesquisador.

Finalmente, no ano de 2015, encontramos três dissertações e uma tese, sendo três de instituição federal e uma de instituição estadual. As palavras-chave de destaque foram educação infantil e formação continuada. Quanto aos objetivos, uma pesquisa estava direcionada a analisar políticas, outra a percepção dos professores sobre a formação continuada e duas pesquisas analisaram programas. A entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados dos quatro trabalhos de abordagem qualitativa. No que se refere aos resultados, uma pesquisa afirma que a formação não contempla a prática dos professores, outra enfoca a importância da formação on-line e duas confirmam a importância da formação continuada.

Apresentaremos, a seguir, a análise do conjunto da produção. Foi identificado que tanto o ano de 2013 quanto o de 2014 apresentou o maior número de teses e dissertações (oito dissertações e duas teses), havendo, no entanto, uma queda nesse quantitativo no ano de 2015 com apenas quatro trabalhos.

As produções vinculadas às universidades federais apresentam uma quantidade significativa de vinte e três produções, enquanto a rede estadual nove estaduais e quatro particulares. Nesse total de produções, a palavra chave mais recorrente foi Educação Infantil, seguida por Formação continuada.

Todos os trabalhos analisados selecionaram a pesquisa qualitativa como abordagem metodológica do trabalho. O questionário e a entrevista se destacaram como os principais instrumentos para coletar os dados. Em relação aos objetivos, a maioria dos trabalhos indicou como objetivo central fazer a análise das ações de formação continuada desenvolvida nas escolas.

No que concerne aos resultados das pesquisas, um número significativo de produções sinalizaram que a formação continuada é de fundamental importância para o desenvolvimento profissional dos docentes, bem como a necessidade da própria escola organizar as ações de formação.

### **Considerações**

A realização deste levantamento sobre a formação continuada na educação infantil, no período de 2010 a 2015, possibilitou uma visão geral do estado do conhecimento no que se refere à produção de teses e dissertações sobre formação continuada para professores da Educação Infantil, registradas no banco de dados do IBICT, no período de 2005- 2010. Foram encontrados trinta e cinco registros, sendo vinte e oito dissertações e sete teses.

No que diz respeito aos resultados das pesquisas, foi sinalizado em todas os trabalhos à importância da formação para o desenvolvimento profissional. No entanto, é crucial discutir sobre a concepção de formação continuada que realmente contribui para que a prática pedagógica do professor garanta a apropriação do conhecimento pelas crianças da Educação infantil. Portanto, julgamos necessário destacar a concepção de formação defendida por Saviani (2009) que, em seus estudos, aponta que há dois modelos de formação de professores:

- a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo, a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar.
- b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico didático. (SAVIANI, 2009 p. 149-150).

Para o autor, tanto os conteúdos de conhecimento quanto os procedimentos didático-pedagógicos devem estar inclusos nas propostas de formação de professores. Sendo assim,

entendemos que algumas questões são cruciais para compor a formação do professor de Educação Infantil, considerando tanto conhecimentos pedagógicos, relacionados ao como trabalhar com as crianças, quanto conhecimento relativos aos conteúdos das áreas – Português, Matemática, Ciências Sociais e Naturais, Artes, Movimento que compõem o currículo da Educação Infantil. Deve-se observar, no entanto, o que propõe as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Infantil (BRASIL, 2010): o brincar e as interações como eixo do currículo e da proposta pedagógica das instituições que atendem crianças da Educação Infantil.

Nessa direção, a organização do trabalho pedagógico para as crianças deve levar em conta e garantir as devidas intencionalidades educativas sem, no entanto, perder de vista as vivências de direito da infância. Isso porque, nas escolas de Educação Infantil, ainda persiste a dúvida entre a concepção de uma educação assistencial que nega a intencionalidade educativa e as relações educativo-pedagógicas que devem ser oferecidas às crianças. Necessário se faz, portanto, qualificar o perfil do profissional da Educação Infantil, considerando-se a complexidade e o desafio do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 05 anos de idade, tendo em vista atingir o objetivo de contribuir no desenvolvimento integral de cada uma delas, conforme prevê a LDBEN (1996).

Em vista disso, é fundamental que ampliem-se o número de pesquisas, principalmente em nível de doutorado, e que essas pesquisas possam influenciar significativamente na discussões sobre concepções de formação continuada mais adequadas para atender a multiplicidade e a complexidade de situações presentes no ambiente da educação infantil, considerando-se as necessidades, interesses, potencialidades, cultura, desenvolvimento e aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

A definição dos descritores usados nessa pesquisa possibilitou chegar a uma fonte de informações acerca da importância da formação continuada para os docentes. No entanto, na contramão dessa importância e necessidade, a formação continuada não se constitui como prioridade na organização das políticas públicas. Muitas são as dificuldades enfrentadas pelos professores, tais como: número de vagas insuficientes em instituições públicas para os profissionais ingressarem em cursos de pós-graduação; falta de período reservado para estudos na carga-horária de trabalho do professor. Além disso, há a falta de clareza para efetivação do sistema

de colaboração, definindo como será a parceria entre Estados, municípios e União para garantir as ações de formação, principalmente no âmbito municipal.

É urgente, portanto, a garantia dos direitos dos profissionais da educação previstos em documentos que versam sobre a formação continuada de professores no Brasil: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN 9394/96; Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada (25/03/2015).

Ademais, a partir dessas considerações sobre o viés político que envolve a formação continuada, registramos que no estudo realizado há poucas produções sobre política de formação continuada dos profissionais da educação. Identificamos, também, que há uma escassez de trabalhos que discutam as contradições e os conflitos que envolvem a formação dos professores no contexto brasileiro em uma perspectiva crítica e dialética.

Por fim, sugere-se a continuidade e a permanente atualização destes dados, que poderão, ainda, tendo em vista uma maior cobertura das fontes bibliográficas, incluir publicações de artigos e comunicações orais registrados nos anais de congressos e seminários organizados por grupos de estudo e pesquisa de excelência sobre a infância e formação de professores, a saber: Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED; Associação Nacional de Política e Administração da Educação-ANPAE ; Associação Nacional de Formação de Professores - ANFOP.

## Referências

BRASIL .**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC,1996.

\_\_\_\_\_.**Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer nº 20/2009, aprovado em 11/11/2009.

\_\_\_\_\_.**Plano Nacional de Educação(2010-2024)**. Brasília: MEC/CNE. 13 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada.** Projeto de Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Brasília: MEC/CNE. 2015.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, jan./abr.2008.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2009.

\_\_\_\_\_, B. A. (org.) BARRETO, E. S. de Sá; ANDRÉ. M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.300 p.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 797-818, out. 2009.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina (Orgs). **Educação Infantil: formação e responsabilidade.** 1ed- Campinas, SP: Papirus, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MORORÓ, L. P. A política Nacional de formação de professores e o papel das universidades públicas. In: ALMEIDA, R. M. De; MAGALHÃES, L. D. R.; BERTONI, L. (org.). **As redes científicas e o desenvolvimento das pesquisas, perspectivas multidisciplinares.** São Carlos, SP, Pedro e João Editores, 2011. p. 33-47.

\_\_\_\_\_. L.P. **O PARFOR e a expansão da formação de professores: contexto e dificuldades da implantação do plano na Bahia.** Anais do II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 07 a 09 de abril de 2014. Águas de Lindóia, SP.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.